

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

#### Texto CB1A1

A regulamentação do direito quilombola — reconhecido no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (CF) — passou anos sem qualquer instrumento legal de abrangência nacional que guiasse sua efetivação. Em 2001, o Decreto n.º 3.912 delimitou o período entre 1888 até 5 de outubro de 1988 para a caracterização das comunidades “remanescentes de quilombos”, utilizando uma noção de quilombo vinculada à definição colonial da Convenção Ultramarina de 1740. Tal decreto foi revogado pelo de n.º 4.887/2003, que, por sua vez, aboliu a exigência de permanência no território e, com base no critério de autodefinição previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para povos indígenas e tribais, definiu a categoria “remanescentes de quilombos” como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Decreto n.º 4.887/2003, art. 2.º). O decreto também estabeleceu a necessidade de desapropriação das áreas reivindicadas por particulares, bem como a titulação coletiva das terras dos quilombos, e impediu a alienação das propriedades tituladas.

A previsão de autodefinição é de suma relevância porquanto parte do pressuposto de que não cabe ao poder público, nem a nenhum pesquisador, imputar identidades sociais. Esse princípio vai de par com o Decreto Federal n.º 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo-os como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Com base nos sentidos veiculados no texto CB1A1, julgue os seguintes itens.

- 1 Conforme exposto no texto, compete ao Estado fixar critérios rígidos que definam o pertencimento de uma pessoa a grupos étnico-raciais.
- 2 Depreende-se da leitura do texto que seus autores apoiam a adoção da autodefinição como critério de caracterização dos povos e comunidades tradicionais.
- 3 Entende-se da leitura do texto que o Decreto n.º 4.887/2003 revogou o Decreto n.º 3.912/2001 com o intuito de atualizar a definição de “remanescentes de quilombos”.
- 4 Da leitura do texto conclui-se que o Decreto n.º 6.040/2007 trata de comunidades que mantêm inalteradas suas tradições socioculturais.
- 5 Pelos argumentos apresentados no texto, entende-se que o requisito de “permanência no território” para a caracterização das comunidades “remanescentes de quilombos” fere o pressuposto que respalda a adoção do critério de autodefinição dessas comunidades.

Considerando os mecanismos de coesão e coerência textuais e as relações de sentido estabelecidas no texto CB1A1, julgue os próximos itens.

- 6 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “sua” está empregado em referência a “A regulamentação do direito quilombola”.
- 7 No último período do último parágrafo, o vocábulo “que” em “que ocupam e usam territórios e recursos naturais” retoma “formas próprias de organização social”.
- 8 A coerência e a correção gramatical do texto seriam mantidas caso o segundo parágrafo fosse assim iniciado: **No entanto, a previsão (...)**.
- 9 Estariam mantidos os sentidos e a coerência do texto caso se substituísse, no primeiro período do segundo parágrafo, “porquanto” por **logo**.
- 10 No segundo período do segundo parágrafo, a expressão “Esse princípio” faz referência ao pressuposto anteriormente citado, o qual, conforme se depreende da leitura do texto, constitui o fundamento da “previsão de autodefinição”, mencionada no início do parágrafo.

Acerca de aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 11 Estaria preservada a correção gramatical do texto caso os travessões empregados no primeiro período do primeiro parágrafo fossem substituídos por vírgulas.
- 12 No último período do primeiro parágrafo, a substituição de “a titulação” por **da titulação** não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas alteraria as relações sintáticas nele estabelecidas.
- 13 No trecho “com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (terceiro período do primeiro parágrafo), o emprego da preposição “com” em sua segunda ocorrência justifica-se pelo necessário estabelecimento do paralelismo sintático entre as expressões introduzidas pela referida preposição.
- 14 Não haveria prejuízo da coesão e da coerência textual caso o trecho “sem qualquer instrumento legal de abrangência nacional que guiasse sua efetivação” (primeiro período do texto) fosse assim reescrito: **sem que qualquer instrumento legal de abrangência nacional guiasse sua efetivação**.
- 15 Estariam mantidos os sentidos e a correção do segundo período do último parágrafo do texto caso o segmento “vai de par com” fosse substituído por **segue par à par com**.

Considerando as regras estabelecidas na Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), julgue os itens a seguir.

- 16 O valor da multa aplicada com fundamento na Lei Anticorrupção será obrigatoriamente destinado ao ente lesado.
- 17 A existência, no âmbito da pessoa jurídica, de mecanismos internos de integridade é considerada na aplicação de eventual sanção.
- 18 A celebração do acordo de leniência importa a suspensão do prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens seguintes.

- 19 A Lei de Improbidade Administrativa busca tutelar o patrimônio dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.
- 20 Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a celebração de parcerias entre entes da administração pública sem a observância das formalidades legais.
- 21 Cometerá ato de improbidade administrativa o servidor público que exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido pelo desempenho da regular função pública.

Acerca do regime jurídico dos servidores do Ministério Público (MP), julgue os itens subsequentes à luz da Lei Complementar n.º 75/1993.

- 22 Para exercer o controle externo da atividade policial, o Ministério Público da União pode ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais, bem como ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade fim policial.
- 23 A autonomia funcional, administrativa e financeira do MP confere-lhe a possibilidade de praticar atos próprios de gestão, podendo ele propor ao Poder Legislativo a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares.
- 24 O Centro de Apoio Operacional é órgão de execução do MP que tem como atribuição disciplinar os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo para atender às necessidades da administração.

De acordo com a Resolução n.º 92/2013, que dispõe sobre o Regimento Interno do CNMP, julgue os itens que se seguem.

- 25 No âmbito do CNMP, as partes e os demais interessados serão intimados dos atos processuais por meio de publicação no Diário Eletrônico desse conselho, podendo o relator determinar, entre outras possibilidades, que a intimação ocorra por carta registrada, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.
- 26 No CNMP, incumbe ao secretário-geral reconhecer as situações de dispensa e inexigibilidade de licitação.
- 27 Órgão de comunicação direta e simplificada entre o CNMP e a sociedade, a Corregedoria Nacional do Ministério Público tem como objetivo principal o aperfeiçoamento e o esclarecimento, aos cidadãos, das atividades desenvolvidas por aquele conselho e pelo MP.

Julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público, do ciclo orçamentário e dos princípios orçamentários.

- 28 Na avaliação da regularidade das contas públicas, as contas de gestão (contas de ordenação de despesas) prestadas ou tomadas dos administradores de recursos públicos são julgadas pelo tribunal de contas, o qual, após examinar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de cada ato administrativo, exara acórdão, que terá eficácia de título executivo se exigir reparação de dano patrimonial ou estabelecer sanção mediante a aplicação de multa.
- 29 As contas de governo, seja de desempenho, seja de resultados, têm julgamento político.
- 30 O ciclo orçamentário corresponde ao interregno de tempo em que se processam as atividades típicas (fases) do orçamento público, as quais consistem em aprovação legislativa, execução, prestação e julgamento das contas.
- 31 No orçamento da União, a estimativa total de imposto de renda deve ser registrada como receita e a respectiva parte destinada aos municípios deve ser registrada como despesa.
- 32 O patrimônio público pertence à coletividade, logo o uso da receita derivada prescinde de lei instituída, não se admitindo despesa pública sem a devida autorização orçamentária.

Acerca do sistema operacional Windows 10, julgue os itens subsequentes.

- 33 No Windows 10, o usuário pode usar o recurso *Visão de Tarefas* para organizar as janelas abertas.
- 34 É possível criar novas áreas de trabalho no Windows 10 por meio do acionamento das teclas ALT + TAB e, no ambiente disponibilizado, clicando na opção *Nova área de trabalho*.

Em relação à edição de textos no MS Word e de planilhas no MS Excel, julgue os itens a seguir.

- 35 A função `CONT.VALORES()` do MS Excel é utilizada para calcular a quantidade total de células em um intervalo selecionado da planilha em edição.
- 36 No MS Word, a opção *Pincel de Formatação*, ativada pelas teclas CTRL + SHIFT + C, permite copiar a formatação de um trecho de texto previamente selecionado e aplicá-la em outro trecho do documento em edição.

No que diz respeito à organização e gerenciamento de arquivos e pastas e ao armazenamento de dados em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 37** O Windows 10 permite criar uma pasta com o nome `CNMP:Serviços` e, para isso, basta abrir o Explorador de Arquivos, acionar as teclas `CTRL + SHIFT + N`, digitar `CNMP:Serviços` e teclar `ENTER`.
- 38** O Explorador de Arquivos do Windows 10 permite que se compacte e descompacte arquivos com extensão `.zip`.
- 39** Uma das características do armazenamento em nuvem é a elasticidade, ou seja, o usuário pode aumentar e diminuir a escala verticalmente, conforme a demanda, e pagar apenas pelo que usa.
- 40** Sistemas de armazenamento em nuvem permitem que usuários façam *backup* de arquivos gerais de maneira *online*.

Com relação às disposições constitucionais inerentes ao CNMP, julgue os itens seguintes.

- 41** O corregedor nacional do Ministério Público poderá designar e delegar atribuições a membros do Ministério Público da União, sendo vedada a requisição de servidores efetivos do Ministério Público dos Estados.
- 42** A competência do CNMP de receber e conhecer das reclamações e de aplicar sanções administrativas se refere apenas aos membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos estados, não incluindo os servidores que executarem os serviços auxiliares dessas instituições.

À luz da vigente Constituição Federal (CF), julgue os itens a seguir, a respeito dos direitos políticos, dos partidos políticos e do Poder Judiciário.

- 43** A cassação dos direitos políticos é expressamente vedada pela CF e as hipóteses de perda ou suspensão desses direitos estão previstas no texto constitucional, não sendo possível que legislação infraconstitucional amplie esse rol dentro do texto constitucional.
- 44** Caso o Congresso Nacional aprove e o presidente da República sancione lei que, após ser publicada, tenha a sua constitucionalidade questionada no curso de processo que tramite no TRF da 1.<sup>a</sup> Região, esse tribunal não poderá declarar a inconstitucionalidade da citada lei, sob pena de usurpação da competência do STF.
- 45** Os partidos políticos possuem autonomia para definir sua estrutura e estabelecer as regras sobre sua organização e seu funcionamento, mas não é permitida a previsão, em seus estatutos, de recebimento de recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros.

Caio, cidadão brasileiro, protocolou requerimento administrativo em uma autarquia federal, a fim de obter acesso a determinada informação de cunho pessoal. João, servidor público dessa autarquia, por ter amizade íntima com o requerente, atuou como seu intermediário junto à repartição pública.

Em relação a essa situação hipotética e aspectos de direito administrativo a ela relacionados, julgue os itens que se seguem.

- 46** A conduta de João na situação apresentada viola o princípio administrativo da impessoalidade.
- 47** Autarquia é entidade da administração pública indireta dotada de personalidade jurídica de direito privado e de patrimônio próprio, sendo sua criação autorizada por lei.
- 48** As disposições da Lei de Acesso à Informação não se aplicam às autarquias, uma vez que elas integram a administração pública indireta.
- 49** A conduta de João consiste em infração disciplinar para a qual é prevista a penalidade administrativa de advertência.
- 50** Conforme a Lei n.º 9.784/1999, que rege o processo administrativo, a amizade íntima entre Caio e João é circunstância que motiva arguição de impedimento de João para atuar no processo administrativo.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

À luz da legislação societária e dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens que se seguem, acerca da elaboração de demonstrações contábeis.

- 51** Para fins de avaliação financeira, entre outras informações, a demonstração dos fluxos de caixa deve evidenciar o índice de fluxo de caixa por ação.
- 52** No balanço patrimonial, devem ser evidenciadas as contas de ativos financeiros e de obrigações ligadas a ativos disponíveis para venda que possuam saldo.
- 53** Na demonstração do valor adicionado, o resultado obtido pela aplicação do método da equivalência patrimonial deve ser adicionado para fins de apuração do valor adicionado líquido produzido pela entidade.

Quanto à mensuração e avaliação de itens patrimoniais ativos, julgue os itens subsequentes.

- 54** O registro inicial em estoque do produto colhido por uma empresa agrícola se dá pelo seu valor justo, subsequentemente tratado pelo critério custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.
- 55** O valor presente de itens do realizável não circulante é apurado com o uso da taxa de desconto bruta dos seus efeitos fiscais.
- 56** A mensuração do valor justo de um ativo exige a determinação do objeto de mensuração; do mercado principal (ou do mais vantajoso), em que o ativo é cursado; e do nível da hierarquia de valor justo no qual os dados se classificam.
- 57** No reconhecimento inicial de instrumentos financeiros, os ganhos ou perdas decorrentes do confronto entre o valor justo do instrumento e o preço da transação deve ser evidenciado em contas de resultado.

Com referência ao reconhecimento, à mensuração e à avaliação de itens patrimoniais ativos, julgue os itens que se seguem.

- 58** Considerando que uma mineradora brasileira opere em um país africano que não possui legislação ambiental; que lá, ela gere dano ao meio ambiente, mas não tenha qualquer tipo de política de compensação relativa a esses danos no referido país; e que haja uma estimativa de que tais danos, nos próximos cinco anos superarão US\$ 50 bilhões, levando-se em consideração uma taxa de câmbio de R\$ 5,6 para US\$ 1,0, é correto afirmar que, de acordo com as normas contábeis vigentes, essa mineradora deverá abster-se de realizar qualquer registro em contas passivas, assim como de divulgar qualquer informação em notas explicativas relativas ao risco ambiental descrito.
- 59** Se, por ocasião do fechamento do balanço, ocorrer saldo negativo em conta-corrente bancária e esse valor não for compensável com outros saldos, um passivo circulante deverá ser registrado.
- 60** Uma das condições para que um passivo exigível seja reconhecido na contabilidade de qualquer tipo de entidade é que essa obrigação exista no tempo presente, mesmo que dependa de evento futuro incerto sobre o qual a entidade não detenha controle.

Uma empresa usa o custeio por absorção para fins societários e fiscais e, para fins gerenciais, utiliza o custeio variável, tendo, em dado exercício, apresentado as informações mostradas nas tabelas a seguir, relativas a seu processo produtivo e de vendas.

custos de produção (em R\$)	
total de custos fixos	160.000
matérias-primas consumidas	60.000
mão de obra direta aplicada	14.000
outros custos variáveis aplicados	5.000

custos do período (em R\$)	
fixos	50.000
variáveis	0,20 por unidade vendida

atividade no período			
produto	A	B	C
produção (em unidades)	50.000	30.000	20.000
vendas (em unidades)	40.000	25.000	20.000
preço de venda unitário (em R\$)	4,20	3,80	4,50

Os custos fixos e os custos variáveis de produção, exceto matérias-primas, são alocados aos produtos proporcionalmente à quantidade fabricada.

O consumo de matérias-primas pelos produtos se dá na proporção de 50% para o produto A, 25% para o produto B e o restante para o produto C.

Os estoques de matérias-primas, produtos em processamento e produtos processados iniciais estavam zerados e não restaram estoques de produtos em processamento ao final do período.

Com base nessas informações sobre a produção e venda no período, julgue os itens a seguir.

- 61** O custo unitário de produção, para fins societários, é de R\$ 2,39 para o produto A, R\$ 2,29 para o produto B e R\$ 2,54 para o produto C.
- 62** O custo do produto vendido pelo método do custeio variável é superior a R\$ 65.000.
- 63** Caso seja mantido o atual *mix* de vendas, o ponto de equilíbrio da entidade será atingido quando a receita de vendas superar o valor de R\$ 280.000.
- 64** Se for mantido o atual *mix* de vendas, uma expansão de 10% nas vendas totais elevará o lucro da empresa em mais de 40%.

Determinada sociedade apresentou os dados relativos ao seu último período contábil 20X1, comparativamente ao período anterior 20X0, por meio das tabelas a seguir, cujos valores estão em reais.

Determinada sociedade apresentou, no seu último período contábil (20X1), comparativamente ao período anterior (20X0), os dados mostrados nas tabelas seguintes, cujos valores estão em reais.

<b>balanço</b>	<b>20X1</b>	<b>20X0</b>
ativo circulante	472.608	424.721
ativo não circulante	313.518	283.125
total ativos	786.126	707.846
passivo circulante	292.105	258.045
passivo não circulante (*)	494.021	449.801
total passivos	786.126	707.846

(\*) inclusive patrimônio líquido

<b>informações adicionais</b>	<b>20X1</b>	<b>20X0</b>
caixa e equivalentes	40.367	19.694
estoques	81.180	72.470
imobilizado	282.660	241.980
patrimônio líquido	393.429	368.775
receita operacional líquida	1.463.715	1.357.200
custo das mercadorias vendidas	790.200	747.300
lucro operacional líquido	72.525	61.485
lucro líquido	29.655	22.875

Com base nas informações apresentadas nessas tabelas e adotando, quando necessário, valores de fim de exercício no lugar de valores médios, julgue os próximos itens.

- 65** No último período houve redução da participação dos capitais próprios no financiamento do giro da empresa.
- 66** O único indicador de liquidez que apresentou melhora no período foi o de liquidez imediata.
- 67** Em função do giro mais lento do ativo em 20X1, o retorno sobre os investimentos piorou no período.

Segundo o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, julgue os itens que se seguem, relativos a elementos das demonstrações contábeis.

- 68** A receita pública pode originar-se de uma transação sem contraprestação.
- 69** A extinção de uma obrigação em que não ocorra a saída de recursos pode ser caracterizada como um passivo.

Julgue os itens subsequentes, relativos a procedimentos contábeis aplicáveis aos ativos imobilizados.

- 70** Os ganhos e perdas decorrentes da baixa de itens *desreconhecidos* devem ser reconhecidos no resultado patrimonial.
- 71** Os custos de manutenção periódica de um ativo imobilizado devem ser reconhecidos no valor contábil desse ativo.

Julgue os próximos itens, a respeito do ambiente e das características das informações de custos no setor público.

- 72** Ao se mensurar o custo dos bens e serviços entregues, é importante que a variável física seja identificada.
- 73** O custo do período deve ser apurado conciliando-se o regime de execução orçamentária com o regime de competência.

Com referência às regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, julgue os itens a seguir.

- 74** Uma conta com a natureza de informação patrimonial (NIP) pode ter como contrapartida uma conta com a natureza de informação de controle (NIC).
- 75** Ao final de cada exercício financeiro, os valores registrados nas classes 3 e 4, referentes, respectivamente, a variação patrimonial diminutiva e variação patrimonial aumentativa, devem ser encerrados.
- 76** Uma dívida marcada com o atributo permanente (P) só poderá ser paga quando ela passar a ter o atributo de passivo financeiro (F).

Julgue os itens subsequentes, acerca da estrutura e da consolidação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

- 77** O custo dos ativos que corresponderem a resultados ainda não realizados devem ser excluídos na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.
- 78** Na elaboração do balanço financeiro, as receitas e despesas orçamentárias deverão ser segregadas quanto à destinação em originárias e derivadas.
- 79** As despesas com amortização e refinanciamento da dívida devem ser computadas no fluxo das atividades de investimentos da demonstração dos fluxos de caixa.

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 80** Na apuração de recursos utilizáveis provenientes de excesso de arrecadação, a importância correspondente aos créditos especiais abertos no exercício deve ser deduzida.
- 81** No projeto de lei do orçamento, será admitida emenda para dotação de serviço que ainda não tenha sido criado.

Julgue os seguintes itens, acerca das normas de planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Distrito Federal.

- 82** Para movimentar os recursos oriundos de convênios celebrados, as unidades gestoras deverão solicitar ao órgão central de administração financeira a abertura de conta-corrente específica.
- 83** A proposta de concessão de incentivos de natureza creditícia originária de órgãos da administração distrital deve ser instruída por meio de processo administrativo.
- 84** O período de alcance da renúncia da receita tributária ficará adstrito à vigência da lei orçamentária anual.

De acordo com as normas técnicas de auditoria independente (NBC TA), julgue os itens seguintes.

- 85** O auditor independente que pretenda utilizar-se de auditoria interna para obter evidência de auditoria de demonstrações contábeis deve proceder à avaliação prévia da função de auditoria interna na empresa auditada para determinar se o trabalho da auditoria interna poderá ser de fato utilizado.
- 86** O exercício do ceticismo profissional, que é um requisito para o planejamento e a execução das atividades de auditoria, fornecendo o devido suporte à qualidade dos julgamentos efetuados pelas equipes envolvidas nos trabalhos, está sujeito a ameaças provenientes de tendências conscientes e inconscientes do auditor.
- 87** A determinação da materialidade é um tema que deve ser considerado pelo auditor por ocasião da definição da estratégia global de auditoria.
- 88** Um exemplo de teste de controle é a ação do auditor destinada a confrontar as informações constantes das demonstrações contábeis com os registros contábeis que lhe oferecem suporte.

Julgue os itens seguintes, relativos a técnicas de amostragem e procedimentos de auditoria.

- 89** O fato de um auditor separar os créditos a receber por idade com vistas à realização do teste de provisão para perdas associadas ao risco de crédito constitui exemplo de uso de uma amostragem sistemática.
- 90** A confirmação negativa fornece evidências de auditoria com maior poder de persuasão que as evidências de auditoria obtidas por meio da confirmação positiva.
- 91** A contagem física é um procedimento de inspeção que permite ao auditor averiguar a existência do estoque e determinar se a empresa auditada detém ou não a propriedade do referido ativo.
- 92** A evidência de auditoria obtida por meio da observação está sujeita a limitações relacionadas ao momento em que ocorre a observação e à possibilidade de a maneira como o procedimento ou processo é executado ser afetada pelo simples fato de encontrar-se sob a observação do auditor.

Em relação a supervisão e controle de qualidade, relatórios de auditoria, papéis de trabalho e documentação de auditoria, julgue os próximos itens.

- 93** Compete às firmas de auditoria independente desenvolver, implementar e operar sistema de gestão de qualidade voltado às atividades de auditoria e a outros serviços correlatos, aplicando uma abordagem baseada em risco que permita o gerenciamento proativo da qualidade dos trabalhos a serem executados.
- 94** Quando lhe for impossível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentação de opinião, o auditor será legalmente obrigado a abster-se de opinião em seu relatório.
- 95** A principal função dos papéis de trabalho consiste em demonstrar que os procedimentos de auditoria foram planejados e executados de forma apropriada.
- 96** Os papéis de trabalho não são propriedade do auditor e devem ser preparados de forma a facilitar a revisão pelos pares.

Julgue os itens seguintes, relacionados à perícia contábil.

- 97** As partes envolvidas em um processo judicial podem apresentar quesitos suplementares contemplando a solicitação de esclarecimentos acerca do conteúdo do laudo pericial contábil, os quais deverão ser submetidos à autoridade julgadora, que poderá determinar que o perito os responda sem a necessidade de realização de audiência.
- 98** A elaboração do parecer pericial contábil, cujo conteúdo deve limitar-se ao objeto da perícia, é competência de assistente técnico devidamente registrado e habilitado, podendo ser este um contador ou uma pessoa jurídica a que a lei permita o exercício da função.

Julgue os próximos itens com base na NBC TSP Estrutura Conceitual, de 2016.

- 99** O valor em uso é o valor presente do montante que uma entidade pode obter com a operação de seus ativos somado ao valor presente do montante líquido que ela estima receber pela venda desses ativos ao final da sua vida útil.
- 100** A propriedade legal é um indicador capaz de revelar de forma conclusiva se a entidade auditada detém o controle de determinado recurso.

De acordo com as disposições constitucionais e com o entendimento do STF acerca da organização político-administrativa do Estado, do Poder Legislativo e das atribuições do presidente da República, julgue os próximos itens.

- 101** As comissões parlamentares de inquérito possuem permissão para encaminhar suas conclusões, inclusive documentos que possibilitem a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados, a quaisquer órgãos públicos.
- 102** A Constituição Federal de 1988 (CF) assegura expressamente a autonomia dos entes federativos da República Federativa do Brasil, cuja organização político-administrativa se circunscreve aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- 103** O texto constitucional confere ao presidente da República a prerrogativa de delegar algumas de suas competências privativas ao procurador-geral da República, que, observando os limites traçados na respectiva delegação, poderá conceder indultos e comutar penas.
- 104** A vedação constitucional de reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada pelo Congresso Nacional ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo não se estende à hipótese em que o presidente da República, por iniciativa própria, decida revogar a medida anteriormente editada.

De acordo com as disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens a seguir.

- 105** O corregedor nacional do Ministério Público é escolhido, em votação secreta, entre os membros do Ministério Público que integram o CNMP, sendo vedada a recondução.
- 106** O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um desses membros indicado pela Câmara dos Deputados, ficando dispensada, para este, a aprovação pelo Senado.
- 107** Se um membro do Ministério Público da União (MPU) cometer infração funcional e contra ele for aberto processo administrativo disciplinar, o CNMP não poderá avocar o processo em curso, sob pena de violar a competência disciplinar e correccional do MPU.

Julgue os itens que se seguem, relativos à aplicabilidade das normas constitucionais, aos direitos e garantias fundamentais e às competências legislativas dos entes da Federação.

- 108** As normas constitucionais de eficácia plena são assim classificadas porque não é necessário que produzam todos os seus efeitos essenciais de forma direta, imediata e integral, bastando terem a possibilidade de produzi-los.
- 109** As normas constitucionais de eficácia contida subdividem-se em dois grupos: normas programáticas e normas de legislação.
- 110** A proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, é um direito fundamental previsto expressamente na CF e, para sua concretização, foi conferida à União, aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar concorrentemente sobre a matéria.

Acerca das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação dispostas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, julgue os itens a seguir.

- 111** Diante de uma hipótese prevista na lei em questão para dispensa de licitação, mas havendo possibilidade de competição entre potenciais fornecedores, a administração pública estará obrigada a realizar o procedimento licitatório.
- 112** É possível a combinação entre as hipóteses previstas na lei em apreço para a efetivação da contratação por dispensa de licitação.
- 113** A contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada e(ou) pela opinião pública, pode ocorrer por inexigibilidade de licitação.

Julgue os itens que se seguem, pertinentes aos procedimentos auxiliares das licitações e contratações dispostos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

- 114** No sistema de registro de preços, o edital deverá dispor acerca da possibilidade de prever preços diferenciados para quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes.
- 115** No procedimento de credenciamento, a administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, o edital de chamamento, de modo a permitir o cadastramento anual de novos interessados.
- 116** O procedimento de pré-qualificação se destina à seleção prévia de licitantes para participar de futuro processo licitatório ou de bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela administração.

No tocante aos dados pessoais sensíveis e ao seu tratamento, julgue os itens seguintes com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) — Lei n.º 13.709/2018.

- 117** Na hipótese de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, o tratamento de dados pessoais sensíveis pode ocorrer independentemente de consentimento legal do seu titular.
- 118** A LGPD considera o número do CPF da pessoa natural um dado pessoal sensível.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao processo administrativo.

- 119** Diante do indeferimento da alegação de suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados no processo administrativo, cabe recurso com efeito suspensivo.
- 120** O processo administrativo pode ser instaurado de ofício ou a pedido do interessado.

**Espaço livre**